TL 295-2

II Jornadas de Timor da UP

Tema IV- Estratégias para alcançar
a Paz e a auto-determinação

Teresa Cunha

Timor-Leste é para mim e para o Movimento Cristão para a Paz que hoje aqui represento, um tema de alto valor humano e político.

No âmbito destas II Jornadas de Timor-Leste da Universidade do Porto, gostaria, ainda que muito brevemente, contribuir para uma definição de estratégias para a Paz naquele território e, ao mesmo tempo, lembrar que a causa nacionalista timorense, pela justeza de que se reveste, já mobilizou e mobiliza milhares de pessoas em todo o mundo que compreenderam que o silêncio é um aliado poderoso da opressão, da indignidade, da injustiça e da repressão que se sofre em Timor Oriental.

A Paz em Timor Leste é o objectivo final de toda a luta e resistência do Povo timorense e daqueles que lhe são verdadeiramente solidários.

A Paz terá que se traduzir pela realização dos desejos mais genuínos e profundos do Povo a nível político, cultural e humano. É para esta realização que trabalhamos, i. é, é para que as condições de concretização de todos os anseios dos timorenses, nomeadamente a auto-determinação e independência de Timor-Leste, sejam garantidas e a eles caiba exprimirem-se livre e abertamente sobre o seu futuro.

Nenhuma Paz, senão a dos "cemitérios", haverá sem que a a liberdade, a dignidade e a justiça sejam a sua Terra-Mãe. É dentro desta radicalidade que entendemos situar a Paz para Timor-Leste e para todo o seu Povo. Aliás, aprendi-o de refugiados timores, saharauis, palestinianos, namibianos ... Todos me fizeram compreender que tudo é negociável excepto estas três condições que valem a Vida:

A LIBERDADE

A DIGNIDADE

A JUSTIÇA

Creio que esta luta é por isso, do Povo Maubere e nossa porque sem a sua liberdade, dignidade cumpridas, as nossas estarão sempre diminuídas e ameaçadas.

Se esta pequena introdução ajudou a situar o campo de compreensão da palavra Paz, chegou a altura de dizer, mais concretamente, como agir e trabalhar para ela.

Uma primeira condição é clara para nós:

Portugal deve assumir plenamente, sem ambiguidades, a sua história de mais de 400 anos em Timor e o reconhecimento internacional como sendo a potência administrante daquele territó - rio.

Portugal é os seus órgãos de soberania que devem fortalecer todos os seus meios políticos e diplomáticos disponíveis, para conduzir melhor e mais positivamente as conversações, adquirir mais apoios e consolidar os que já existem, informar sistematicamente o Mundo do que se passa realmente em Timor Português.

Portugal deve saber arriscar decisões políticas ousadas que claramente signifiquem que não está disposto a abandonar Timor e tudo aquilo que este representa para si e para a sua própria dignidade histórica. (será preciso recordar que o abandono e a negligência de Portugal relativamente a TL, fa - zem parte exactamente do discurso de propaganda e justificação da Indonésia ?!)

Porque pensamos assim, o último Congresso do MCP Português, aprovou por unanimidade, uma resolução em que se pede

ao Governo Português que nomeie um Comissariado para Timor-Leste assumindo publicamente a soberania que ainda lhe é reconhecida naquele território. Aliás, o MCP tem procurado insistir, sempre que lhe parece oportuno, junto dos diferentes Órgãos de soberania, nesta tese, solicitando, pedindo, instando Portugal a não se omitir, nem negligenciar as suas responsabilidades; Portugal deve trabalhar no sentido de poder propôr aos seus parceiros das Comunidades Europeias, a proibição de venda de armas à Indonésia e sanções económicas julgadas oportunas e necessárias. (vd Anexo 1)

Portugal também é os cidadãos que organizados ou não, têm a capacidade e o poder de exprimir as suas preocupações, informar, denunciar, exigir e lutar pela Paz em Timor-Leste.

Neste sentido, procuramos colaborar sempre que nos é solicitado, com Movimentos de solidariedade como o nosso, na preparação ou organização de alguma actividade. Fazemos nós próprios, reuniões, exposições, encontros, publicamos notícias, falamos para as rádios e nas escolas... enfim, aqui ou em qualquer país membro do MCP, estamos sempre prontos a informar e a denunciar a guerra e o genocídio que ocorre em Timor. (vd Anexo 2).

A segunda condição para conseguir a Paz em Timor-Leste é o reconhecimento claro que o Povo timorense tem que participar em todo o processo de negociação, i. é, Portugal e a Indonésia são apenas duas das três partes interessadas.

Os legítimos representantes do Povo de Timor-Leste, têm que ser escutados e chamados a intervir activamente na esfera das decisões. Isto implica evidentemente, um reforço da capacidade de intervenção Timorense quer ao nível nacional, quer

ao nível internacional. Para tal, devem ser-lhes facultados meios que lhes permitam, de facto desenvolvê-la e exercê-la. O futuro de Timor-Leste é um compromisso que tem de ser, desde já partilhado com os timorenses. De outra forma, o sentido da Paz, será seguramente atraiçoado.

Também nesta área, o MCP tem procurado manifestar o seu ponto de vista e contribuir para a sua realização. Em todos os documentos oficiais, moções, publicações, petições e cartas, declaramos que o Povo timorense, através dos seus representantes, deve sentar-se à mesa de todas e qualquer negociação porque são eles os intérpretes da vontade do seu Povo.

Damos a palavra a timorenses nos nossos seminários, simpósios, reuniões de trabalho, Campos de Trabalho, Congressos (nacional e internacional). De Timor, da guerra, da resistência e da liberdade, a eles cabe a primeira palavra.
(vd Anexos 2 e 3)

As condições que referi para conseguir a Paz em Timor-Leste, são essencialmente de ordem formal e respeitam essencialmente a nós realizar. Porém, não são suficientes.

Desde 1975 que em Timor-Leste o terror e a morte são o quotidiano e desfiguram aquele país. Os mais de 200 000 mortos não deixam de permanecer como um dos mais dolorosos gritos da Humanidade ofendida e esmagada.

Parece-nos assim que, sem uma alteração profunda do quadro político da Indonésia, da sua política de anexação e extermínio - com o apoio dos EUA da Austrália e de outros países ocidentais !democráticos! - nenhum esforço pela Paz poderá resultar.

Será

- O fim da violação dos direitos humanos
- A retirada das tropas indonésias e da administração indonésia
- O retorno de todos os civis transmigrados
- A cessação dos contratos de exploração das riquezas do Mar de Timor

juntamente com o empenho efectivo de Portugal, das Nações Unidas e dos Timorenses, que viabilizará a reposição da legalidade, o exercício dum verdadeiro acto de auto-determinação, a realização da descolonização.

Será este conjunto de esforços concertados, a vontade política e o diálogo que permitirão a Paz, a liberdade, a dignidade e a justiça para Timor e todo o seu Povo.

Antes de terminar queria apenas dizer mais duas coisas.

A Paz em Timor-Leste já tem um Plano e uma estratégia que consideramos de grande valor histórico e político. Refiro-me evidentemente, ao texto de Xanana Gusmão. Pensamos que a partir do Plano de Paz, se poderá efectivamente atingir, os objectivos pelos quais lutamos e tantos timorenses resistem heroicamente.

A ocupação, a guerra e a humilhação em Timor-Leste tem uma longa história de sangue e sofrimento. Não podemos adiar nem por um momento mais qualquer gesto pela liberdade de todas as mulheres e todos os homens de Timor.

Maria Teresa Cunha